CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N°1184/83

INTERESSADO : ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA

ASSUNTO : Equivalência de estudos - SENAI - Convalidação de atos escolares

RELATOR : Cons° Abib Salim Cury

PARECER CEE N° 0062/84 - CEPG - Aprovado em 26/01/84

1 - HISTÓRICO

1.1 Trata o protocolado de equivalência de estudos de ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA, nascido aos 28/05/52, na cidade de Araraquara, São Paulo, filho de Osvaldo de Souza e Maria Guedes de Souza.

1.2 O interessado realizou Curso de Aprendizagem Industrial, na Ocupação Mecânica Geral, em 1969, na Escola SENAI "Antônio Adolpho Lobbe", em São Carlos, com duração de 4 termos, tendo estudado: português, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Desenho, Ciências Sociais, Educação Física e prática de Oficina.

1.3 Eliminou, por via supletiva, as disciplinas: Educação Moral e Cívica, OSPB e Matemática, apresentando atestados de eliminação, que se encontram anexados aos autos.

2 - APRECIÇÃO

2-1 O Curso de Aprendizagem Industrial foi instituído, no Brasil, pelo Decreto n° 4048, de 22/01/42, que criou o Serviço de Aprendizagem Industrial-SENAI. A partir desse diploma legal, o curso em apreço foi incluído na legislação de ensino do País, como segue:

2.1.1 O Decreto-Lei n° 4073 de 30/01/42 - Lei Orgânica do Ensino Industrial - estabeleceu que o ensino industrial seria ministrado em dois ciclos e explicitou no Art. 9°: "O ensino industrial, no primeiro ciclo, compreenderá as seguintes modalidades de cursos ordinários, cada qual correspondente a uma das ordens de ensino mencionadas no § 1° do Art. 6° desta Lei:

1. cursos industriais;
2. cursos de mestria ;
3. cursos artesanais;
4. cursos de aprendizagem";

2.1.2 a Lei nº3552, de 16/02/59, que deu nova organização escolar e administrativa aos estabelecimentos de ensino industrial do MEC, em seu Art. 3º, dispôs sobre os cursos de aprendizagem: Art.3º. "Os cursos de aprendizagem destinam-se a jovens de 14 anos pelo menos, com base em conhecimentos elementares e que desejem preparar-se para ofícios qualificados.

§ 2º - Os alunos que tenham concluído curso de aprendizagem poderão ingressar em uma das séries do curso básico, mediante verificação prévia de seus conhecimentos". E no parágrafo único do artigo 34 esclareceu que o direito de prosseguimento de estudos no ensino básico, de quatro anos de duração, poderia ser pleiteado pelo aluno egresso do curso de aprendizagem: "Art. 34 Parágrafo único : Aplica-se, aos alunos dos cursos de aprendizagem industrial, o disposto no § 2º do Art. 3º;

2.1.3 - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº4024, de 20/12/61, ao tratar do ensino médio, que daria direito a prosseguimento aos concluintes do ensino primário, em seu Art. 49, explicitou: "Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo, de três anos". Em seu Art. 51, referiu-se aos cursos de aprendizagem; "AS empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores, seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino". E no § 2º, do mencionado artigo, permitiu o prosseguimento de estudos aos egressos dos cursos de aprendizagem: "§ 2º - Os portadores de carta de ofício, certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se, mediante exame de habilitação, nos ginásios de ensino técnico, em série adequada ao grau de estudos a que hajam atingido, no curso referido". O Art. 51 da Lei 4024/61 ratificou os direitos dos concluintes dos cursos de aprendizagem, já permitidos pelo § 2º, Art. 3º, da Lei nº3552/59;

2.1.4 a restrição ao prosseguimento de estudos, apenas nos ginásios de ensino técnico, foi abolida pelo Decreto-Lei nº937, de 13/10/69, que deu nova redação ao Art. 51 e parágrafo da Lei 4024, de

20/12/61; "Paragrafo Único - Os portadores de carta-de-ofício ou certificado de conclusão de cursos de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos a que hajam atingido no curso referido";

2.1.5 - a Lei n°5692, de 11 de agosto de 1971, que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1° e 2° graus, em seu artigo 27, explicitou: "Desenvolver-se-ão, em nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1° grau, cursos de aprendizagem ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da educação regular e nesse nível ou no de 2° grau, cursos intensivos de qualificação profissional. Paragrafo Único - Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudo e normas dos vários sistemas";

2.1.6 - o CEE, pela Deliberação CEE n°30/72, ao estabelecer normas para o Ensino Supletivo no sistema de ensino do Estado de São Paulo, em seu Art. 12, determinou que os planos de aprendizagem poderiam incluir:

"a).....

b) cursos de aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem educação geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1° grau, restritos a concluintes da 4ª. série desse grau de ensino".

2.1.7 A Deliberação CEE n°14/73 revogou a Deliberação CEE n° 30/72, mas manteve o Art. 12 da anterior, com idêntica redação para a alínea "b":

2.1.8 - Os Pareceres CEE n°s 720/73 e 2960/73 aprovaram os Planos de Curso do Departamento Regional do SENAI de São Paulo, ambos referentes aos Cursos de Aprendizagem e permitindo o prosseguimento de estudos aos concluintes em uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1° grau.

3 - CONCLUSÃO

À vista do exposto, reconhecem-se os estudos realizados por ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA, em Curso de Aprendizagem, ministrado pelo SENAI, como equivalentes à conclusão do ensino de 1° grau.

São Paulo, 7 de dezembro de 1983

a) Cons° ABIB SALIM CURY

4. DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Abib Salim Cury, Bahij Amin Aur, Gérson Munhoz dos Santos, Luiz Antônio de Souza Amaral, Sólton Borges dos Reis, Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná, Guiomar Namó de Mello e Sílvia Carlos da Silva Pimentel.

Sala da Câmara do Ensino de Primeiro Grau, em 7 de dezembro de 1983.

S) Cons. Bahij Amin Aur
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 26 de janeiro de 1984.

a) CONSº CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO
PRESIDENTE